

Brasil receberá US\$ 41,5 bilhões

Acordo com FMI
anunciado ontem
defenderá País
de ataque ao real

Recursos virão do
Bird, BID, BIS, EUA,
Canadá, Japão
e União Européia

Brasil terá disponíveis US\$ 41,5 bilhões para enfrentar qualquer tentativa de ataque ao real que possa forçar uma desvalorização da moeda brasileira. Deste montante, pelo menos US\$ 37 bilhões estarão disponíveis ao Brasil ao longo dos próximos 12 meses, para serem usados em caso de necessidade. O dinheiro foi garantido com o acordo feito com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e divulgado ontem pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan. O FMI recebeu ontem o Memorando de Política Econômica, assinado pelo ministro da Fazenda e pelo presidente do Banco Central, Gustavo Franco, e que substitui as antigas cartas de intenções, como documento oficial dos compromissos assumidos com o Fundo.

Para obter o dinheiro, que envolve, além do FMI, os Bancos Mundial (Bird), Interamericano de Desenvolvimento (BID) e de Compensações Internacionais (-BIS), além dos Estados Unidos, Canadá, Japão e todos os países que formam a União Européia, o Brasil se compromete a cumprir as metas definidas no Plano de Estabilidade Fiscal: superávits primários (receitas menos despesas sem contar os gastos com

juros) de 2,6% do Produto Interno Bruto (PIB) no próximo ano, 2,8% em 2000 e 3% em 2001. E também se compromete a reduzir o déficit consolidado, que é soma de todos os gastos do Governo, incluindo as despesas com juros e amortização de dívidas, de cerca de 7,5% este ano, para 4,7% no próximo ano.

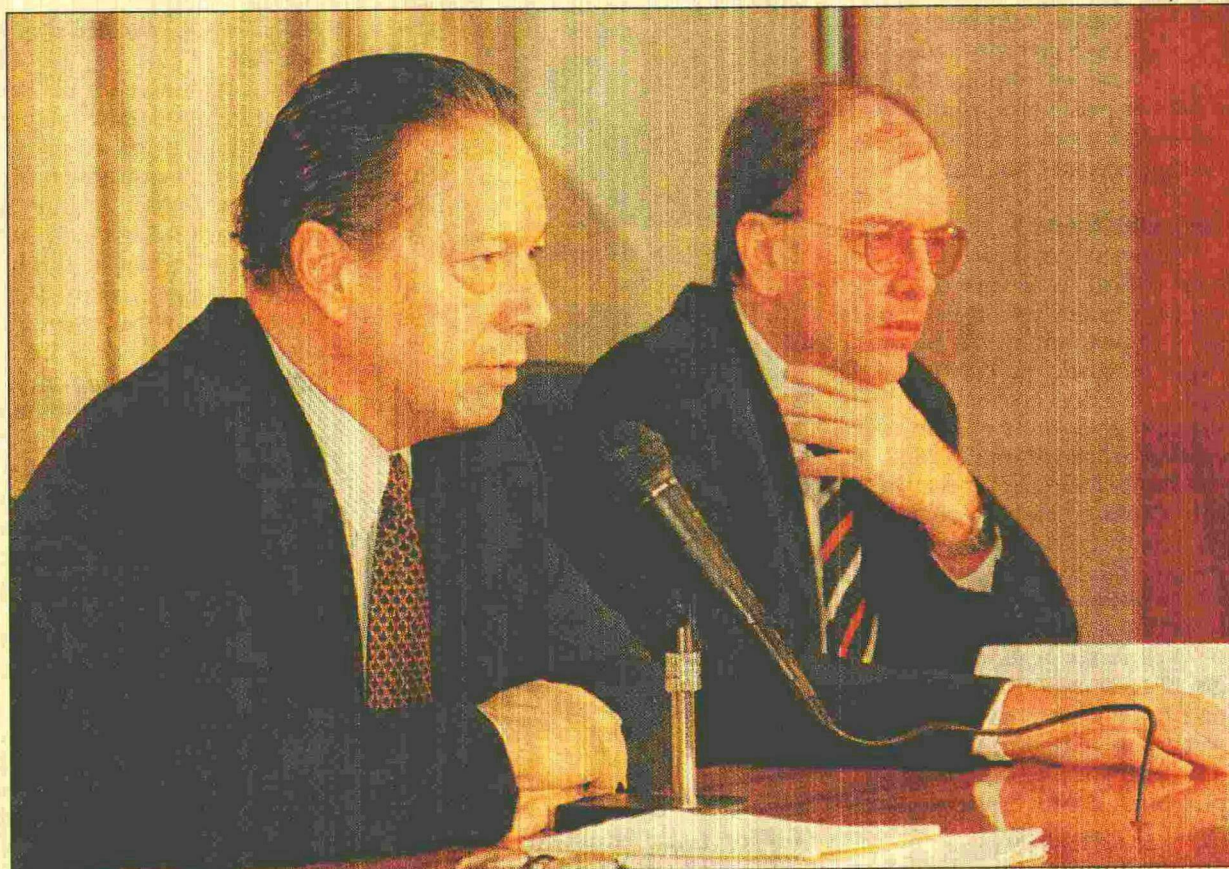
Imposição

"O Memorando é um programa brasileiro, que conta com o respaldo, o apoio e a confiança da comunidade financeira internacional", disse Pedro Malan, ao detalhar as linhas do acordo e procurar descaracterizar que as metas assumidas tenham sido impostas pelo FMI.

Do pacote total, o FMI entrará com US\$ 18 bilhões, sendo 30% pelo tradicional sistema "standby" e os outros 70% sendo na linha "Suplementar Reserve Facility (SRF), uma espécie de cheque especial disponível para o Brasil usar em caso de necessidade. Será também pelo sistema SRF que ficarão disponíveis os recursos do BID e Bird (US\$ 9 bilhões) e os US\$ 14,5 bilhões dos países da União Européia, Estados Unidos, Japão e Canadá. A participação do FMI equivale a quase 600% da cota brasileira no fundo, de cerca de US\$ 3,1 bilhões.

Pedro Malan disse que uma primeira parcela, de US\$ 9 bilhões, já deverá estar disponível ao Brasil nas próximas duas semanas, após a aprovação pelo FMI do programa de ajuste apresentado pelo Brasil. Com a aprovação do FMI, o BID e o Bird ficam também automaticamente autorizados para liberarem suas parcelas ao programa de ajuda ao Brasil. O BIS entrará como coordenador da liberação dos recursos que virão dos países.

AGUINALDO NOGUEIRA
Repórter do Jornal de Brasília



MALAN, com Parente: ajuste fiscal conta com apoio da comunidade financeira internacional

OS EFEITOS

- **1 - Reservas cambiais** - Pode-se considerar que elas dobram, mesmo com o Governo não tendo intenção de pegar todo o dinheiro que forma o programa de ajuda. Como os US\$ 41,5 bilhões estarão disponíveis, o Brasil poderá se valer desses recursos se a situação de agravar. Em outubro as reservas cambiais brasileiras fecharam em US\$ 42,6 bilhões, conforme foi informado ao FMI.
- **2 - Desvalorização do real** - Apesar da pressão dos empresários, fica mais remota uma desvalorização da moeda brasileira além dos limites que já vem sendo praticados. As margens de manobras de especuladores que queiram apostar contra o real ficam mais reduzidas e, mesmo que haja uma tentativa de ataque,

o Banco Central, escorado nos recursos do acordo, estará numa posição confortável para enfrentá-lo.

- **3 - Crédito do Brasil no exterior** - Desde a crise da Rússia, empresas brasileiras enfrentam restrições de créditos no exterior, que além de mais caros ficaram mais restritos. Esta situação deverá ser revertida nos próximos meses. Da mesma forma, investidores que fugiram do País tendem a retornar.

- **4 - Juros internos** - A partir do acordo com o FMI, espera-se uma rápida redução das taxas. Caso contrário, todo o esforço prometido para o programa de ajuste fiscal, que serviu de base para o acordo, irá por água abaixo.

- **5 - Déficit consolidado** - É a diferença do total de gastos do

Governo, incluindo as despesas com juros, que não são cobertos pelas receitas. Neste ano, este déficit deve ficar próximo de 8% do Produto Interno Bruto (PIB), mas com o acordo com o FMI, ele terá de ser reduzido a 4,7% do PIB. Se as despesas com juros não forem reduzidas, o Governo terá que cortar ainda mais gastos para compensar as despesas.

- **6 - Ajuste** - Por enquanto, o Governo trabalha com uma meta de conseguir um ganho de R\$ 28 bilhões no próximo ano, entre cortes de gastos e aumento de receitas. Este número terá que ser alterado se as taxas de juros, que consomem cerca de R\$ 5 bilhões por mês, não caírem. Redução de gastos do Governo significa aumento da recessão.